

7. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS:

Da **Sr^a. Vereadora do Pelouro da Cultura**, submetendo à consideração do Executivo Municipal, as seguintes propostas de atribuição de apoios financeiros:

a)- Rancho Folclórico S. João Baptista de Nogueira, no montante de **500,00 euros**, destinado ao Festival Folclórico Encosta da Falperra.

b)- Banda Musical de Cabreiros, no montante de **7.500,00 euros** destinado à aquisição de instrumentos musicais.

Submete-se ainda proposta da **Sr^a Vereadora da Área do Desporto**, relativa à atribuição de um subsídio ao **H.C. de Braga – Hóquei em Patins, SAD**, no valor de **36.600,00€**, no âmbito do contrato-programa.

Handwritten signature
17/11/15
Handwritten signature

Proposta

No âmbito do Regulamento de Atribuição de Apoios ao Desporto em vigor, procedemos à receção de várias candidaturas para apoios financeiros, encontram-se inscritos um total de 80 entidades no RECAM, requisito necessário para a apresentação de pedidos de apoio ao financiamento municipal, pedidos de apoio à construção e requalificação de instalações desportivas, à organização de atividades e eventos desportivos, etc.

Nos termos do estabelecido nesse Regulamento, e com base nos critérios de elegibilidade e de qualidade previstos, submete-se à aprovação a atribuição dos apoios de acordo com os seguintes critérios:

- Associações e federações desportivas com estatuto de utilidade pública;
- Qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade;
- Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores;
- Sede no município de Braga;
- Sustentabilidade do projeto de gestão, determinada nomeadamente pela adequação do orçamento às atividades a realizar;
- Capacidade de auto - financiamento do projeto;
- Outros financiamentos, nomeadamente participações de outras entidades;
- Número total de praticantes em atividades regulares, por modalidade, escalão etário e género;

Com base nestes critérios, a Câmara Municipal de Braga decidiu atribuir os seguintes subsídios:

Associação/Entidade	Descrição do Apoio	PEDIDO/RECAM	Duração do Programa	Valor Atribuído
H.C. de Braga – Hóquei em Patins, SAD	Contrato-Programa	PED/17689/2017 PED/17690/2017 RECAM 14/2014	2017/2018	36.600,00€

A Vereadora,


(Dra. Sameiro Araújo)



MINUTA CONTRATO - PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

MUNICIPIO DE BRAGA, pessoa coletiva nº 506 901 173, domiciliada à praça do Município, em Braga, representada neste ato pelo Senhor Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, que outorga na qualidade e em representação da entidade concedente da comparticipação financeira.

HC BRAGA, SAD, pessoa coletiva nº 508285518, domiciliado no Pavilhão das Goladas, em Braga, representado neste ato pelo Senhor **Luis Miguel da Silva Machado Botelho**, Presidente da Direção, que outorga na qualidade e em representação da entidade beneficiária da comparticipação financeira.

Entre ambos os outorgantes é celebrado o presente contrato, de acordo com os artigos 46 e 47 da Lei n.º 5/2007 – Lei de bases da Atividades Física e do Desporto, no qual se refere ao apoio financeiro ao associativo desportivo, e com o regime de contratos-programa de desenvolvido desportivo, aprovado em 7 de dezembro de 2006, atualmente o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro e com o Regulamento de atribuição de apoios ao desporto, que se regerá pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira Objeto

O presente contrato-programa tem em vista a atribuição de uma comparticipação financeira do Município de Braga ao HC Braga, no valor de 36.600,00€ (**trinta e seis mil e seiscentos euros**) destinada a apoiar o programa de desenvolvimento desportivo, composto de atividades na área de formação, fomento e sensibilização.

Cláusula Segunda Enquadramento Geral

O programa de desenvolvimento desportivo do HC Braga tem como principal objetivo o aumento do seu número de jovens atletas e a melhoria da qualidade na formação, assentando essencialmente em dois vetores, a saber:

- a) Formação de atletas nas modalidades de hóquei em patins, tendo em vista a angariação de novos valores e da criação de uma estrutura de formação capaz de gerar a implementação de verdadeiras escolas de formação nas especialidades supra referidas;
- b) Ações de sensibilização das camadas jovens da sociedade bracarense e da região, para



a prática do desporto, designadamente através de atividades a levar a efeito em diversas escolas, proporcionando a estas apoio em meios técnicos e logísticos necessários para o preenchimento de planos curriculares na área do desporto escolar;

Cláusula Terceira Obrigações

- a) O HC Braga obriga-se a propor ao Município de Braga as revisões e correções ao plano, devidamente fundamentadas e justificadas e que ocorram durante a vigência do presente contrato, mas sempre em respeito ao articulado do artº 15, do Decreto-Lei nº 273/09, de 1 de Outubro.
- b) O Município de Braga poderá a todo o momento exigir informações sobre o grau de execução do plano, competindo ao HC Braga corresponder prontamente a essas exigências.
- c) Concluída a realização do contrato – programa, o HC Braga enviará ao Município de Braga um relatório final da execução do mesmo.
- d) Compete ao Município de Braga submeter o Contrato - Programa, após a aprovação pelo Executivo Municipal, à ratificação da secretaria de Estado dos Desportos, nos termos do nº 3 do Art.º 3º da Lei nº 1/90, de 13 de Janeiro - Lei de Bases do Sistema Desportivo.
- e) Compete ao Município de Braga a apresentação deste Contrato - Programa à obrigatoria fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do Art.º 13º, nº 3, da Lei nº. 86/89, de 8 de Setembro, na redação dada pela Lei nº 13/90, de 20 de Abril.
- f) O Município de Braga e o HC Braga assegurarão a plena publicidade e transparência das condições com base nas quais, os apoios financeiros foram concedidos, em respeito pela alínea f) do Art.º 6., do Decreto-Lei nº 273/09, de 1 de Outubro.

Cláusula Quarta Prazo de Execução

O prazo de vigência do programa de desenvolvimento desportivo terá início à data da aprovação do presente contrato, relativamente à época desportiva 2015/2016:



- a) O prazo mencionado no presente contrato tem início em 1 de Agosto de 2016 e o seu término em 31 de Julho de 2017.
- b) O prazo definido na alínea anterior poderá ser prolongado por um período nunca superior a 90 dias.
- c) A eventual prorrogação só será concedida após solicitação efetuada para o efeito pelo HC Braga SAD, com a antecedência mínima de 30 dias antes do término da vigência do contrato, devidamente justificada.

Cláusula Quinta **Orçamento e Responsabilidades**

O programa desenvolvimento desportivo objeto do presente contrato está orçado no montante global de HC Braga SAD.

- a) O HC Braga SAD enviará mensalmente os recibos comprovativos de despesas inerentes a este contrato - programa, procedendo ao Município de Braga ao pagamento dos respetivos 100%, até ao valor referido na cláusula sexta do presente contrato.
- b) Em cada entrega, o HC Braga SAD obriga-se a emitir o respetivo recibo de quitação.
- c) O Município de Braga, reterá as entregas de quaisquer das prestações vincendas, caso o não apresente atempadamente os elementos que aquela venha eventualmente a solicitar, na satisfação do previsto nas alíneas b) e c) da cláusula terceira.
- d) O HC Braga SAD obriga-se a criar uma rubrica especial no seu relatório anual de contas – “Contrato - Programa com o Município de Braga” - e nela inscrever os movimentos contabilísticos correspondentes.

Cláusula Sexta **Regime de Participação Financeira**

36.600,00 € (trinta e seis mil e seiscentos euros), pagos em prestações de 5.000,00€ / mês até ao término do contrato. Os acertos serão efetuados na última prestação.



Cláusula Sétima
Acompanhamento e Controlo de Execução do Contrato

Compete ao Município de Braga, na qualidade da comparticipação financeira prevista neste contrato, fiscalizar a execução do mesmo, procedendo sempre que achar conveniente, à realização de inspeções, inquéritos e sindicâncias.

O HC Braga SAD incluirá nos seus relatórios, o estado de execução do presente contrato com indicação dos movimentos contabilísticos correspondentes.

Cláusula Oitava
Incumprimento, Cessação do Contrato e Contencioso

As entidades contratantes acordam aplicar, no que respeita a eventuais questões de incumprimento, de cessação do contrato de trabalho ou de contencioso, o teor dos artigos 16º, 17º e 18º do Decreto-Lei nº 432/91, de 6 de Novembro, que para esses efeitos se consideram aqui reproduzidos.

Cláusula Nona
Disposição Final e Omissões

As entidades contratantes declaram estar cientes dos direitos e obrigações emergentes do presente contrato e acordam que em caso de omissão se recorrerá à legislação em vigor, aplicável a este contrato.

Celebrado em Braga, a _____, em dois exemplares, ficando cada um para cada outorgante.

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,

(Dr. Ricardo Rio)

(Luis Miguel da Silva Machado Botelho)